



**ACÓRDÃO Nº603/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12365/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HVD.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Marcus Vinitius de Farias Guerra (Gestor), Flavio Azevedo de Lima (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2315/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HVD. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado (FMT/HVD), relativa ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do **Sr. Marcus Vinitius de Farias Guerra**, Diretor-Presidente do Órgão, na forma do art. 22, II, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Marcus Vinitius de Farias Guerra** no valor de **R\$1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) e fixar **prazo de 15 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, em virtude da fragmentação de despesas constatada nos autos, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição



**ACÓRDÃO Nº603/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Determinar** que seja extraída cópia do Relatório Conclusivo da DICAÍ (fls. 1283/1308) e remetida à SECEX para que esta verifique a necessidade de ajuizamento de representação para apurar os fatos descritos no item 5.

**11- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de Junho de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral